



PSD p.11

Marco António Costa substitui Moreira da Silva na coordenação da CPN



PSD p.11

“Portalegre com Orgulho” apresentou os candidatos às Juntas de Freguesia

Povo Livre



nº 1793
31 de Julho de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



“Os Portugueses estão unidos na ambição de um País mais justo”

O Primeiro-Ministro discursa no debate da Moção de Confiança

Parlamento p.14

“É altura de os tradicionais jogos políticos darem lugar a atitudes responsáveis” - Miguel Frاسquilho

Governo p.2

Remodelação ministerial reforça coesão do Governo

Remodelação ministerial reforça coesão do Governo



Nos termos do nº 2 do artigo 187º da Constituição, o Primeiro-Ministro propôs ao senhor Presidente da República a exoneração do Dr. Paulo Sacadura Cabral Portas do cargo de Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, do Prof. Doutor Álvaro Santos Pereira do cargo de Ministro da Economia e do Emprego, da Drª Assunção Cristas do cargo de Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Dr. Luís Pedro Mota Soares do cargo de Ministro da Solidariedade e da Segurança Social.

O Primeiro-Ministro propôs ainda, ao abrigo da mesma disposição, as seguintes nomeações:

Dr. Paulo Sacadura Cabral Portas – Vice-Primeiro-Ministro;

Dr. Rui Manuel Parente Chanceler de Machete – Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros;

Mestre António de Magalhães Pires de Lima – Ministro da Economia;

Engº Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva – Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;

Doutora Maria da Assunção de Oliveira Cristas Machado da Graça – Ministra da Agricultura e do Mar;

Dr. Luís Pedro Russo da Mota Soares – Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

As propostas do Primeiro-Ministro foram aceites pelo senhor Presidente da República, que agendou a tomada de posse dos novos membros do Governo para amanhã,

dia 24 de Julho, pelas 17h00, no Palácio de Belém.

A Remodelação Ministerial



A remodelação proposta pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e que esteve em “suspensão” enquanto decorria a tentativa de entendimento entre os três partidos do arco governamental e o debate sobre a moção de Censura, foi agora aceite pelo Chefe de Estado, sendo a sétima alteração à composição do

Pedro Passos Coelho propôs e Cavaco Silva aceitou hoje que Paulo Portas assumisse o cargo de vice-Primeiro-Ministro, sendo substituído por Rui Machete nas funções de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que exercia desde a posse do executivo, em Junho de 2011.

Para além disso, o chefe do executivo retirou Álvaro Santos Pereira de ministro da Economia, substituindo-o pelo dirigente centrista e um dos grandes gestores portugueses, António Pires de Lima, colocando o actual coordenador da Comissão Política Nacional do PSD, Jorge Moreira da Silva, à frente de uma nova pasta do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, terreno em que o novo Ministro de move com a maior familiaridade, e no qual é considerado um técnico de indiscutível valor.

Com isto, a ministra Assunção Cristas perderá a tutela do Ordenamento do Território e do Ambiente, ficando apenas ministra da Agricultura e do Mar. Em sentido contrário, o também centrista Pedro Mota Soares, ministro da Solidariedade e Segurança Social, ficará responsável pelo Emprego, até agora integrado na Economia.

O XIX Governo Constitucional, que Pedro Passos



Coelho formou originalmente com 11 ministros, e que em Abril tinham aumentado para 12, passará, assim, a ter 14 ministros: Paulo Portas, Maria Luís Albuquerque, Rui Machete, José Pedro Aguiar-Branco, Miguel Macedo, Paula Teixeira da Cruz, Luís Marques Guedes, Miguel Poiars Maduro, Jorge Moreira da Silva, António Pires de Lima, Assunção Cristas, Paulo Macedo, Nuno Crato e Pedro Mota Soares.

A anterior mudança do elenco governativo aconteceu a 2 de Julho, quando Maria Luís Albuquerque, até então secretária de Estado do Tesouro, tomou posse como ministra de Estado e das Finanças, em substituição de Vítor Gaspar, que se tinha demitido no dia anterior. Na mesma ocasião, foram empossados cinco secretários de Estado, dois dos quais novos.

Na sua comunicação ao País, a 10 de Julho, o Presidente da República nada disse sobre essa remodelação e apelou à maioria PSD/CDS-PP e ao PS para que tentassem

um “compromisso de salvação nacional”, processo que terminou sem sucesso, na sexta-feira, 19 de Julho, ao fim de seis dias de conversações.

Antes deste mês de crise política, já tinham ocorrido seis mudanças na composição do executivo, que incidiram especialmente sobre Secretários de Estado (e os Ministros Miguel Relvas, em Abril e de Vítor Gaspar, mais recente) e fizeram aumentar de 48 para 51 o número total de governantes, contando com o Primeiro-Ministro.

O novo elenco de secretários de Estado

O Primeiro-Ministro apresentou, também, o novo elenco de Secretários de Estado (os que entram agora),

e começa com o Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira - Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Bruno Verdial de Castro Ramos Mações – Secretário de Estado dos Assuntos Europeus;

José de Almeida Cesário – Secretário de Estado das Comunidades;

A posse dos novos Secretários de Estado e outras cerimónias relativas aos que se mantêm no elenco governamental, foi dada pelo Presidente da República, às 3 horas da tarde de sexta-feira, como sempre no Palácio de Belém, residência oficial do Chefe do Estado.

- Fonte: Lusa, Portal do Governo



Governo apresenta Moção de Confiança

“Os Portugueses estão unidos na ambição de um País mais justo”

No dia 30, à tarde, o Governo apresentou-se ao Parlamento, a fim de solicitar a confiança da Câmara, para prosseguir o seu programa e a sua acção, de acordo com os fins conhecidos, de recuperação da soberania, de crescimento económico e bem-estar social.

Os trabalhos foram iniciados pelo Primeiro-Ministro, seguindo-se um período de perguntas dos vários Partidos e respostas do Primeiro-Ministro. O debate foi encerrado pelo Vice-Primeiro Ministro Paulo Portas.

Porque se trata, para o “Povo Livre”, de uma notícia de última hora, ocorrida depois da hora de fecho e apenas referida, porque durante um mês não se publicará o “Povo Livre”, apesar de algum atraso na inserção na “net” deste jornal, a notícia é necessariamente reduzida ao essencial, ou seja, à apresentação e discurso do Primeiro-Ministro e ao resultado da Moção, que foi aprovada com os votos da Maioria e os votos contra da Oposição à sua esquerda. – Povo Livre

Recuperar a Soberania

Com a missão nacional de resgatar a soberania, o Governo reafirma o objectivo de concluir o Programa de Assistência Económica e Financeira em Junho de 2014.

O País tem-se empenhado no cumprimento desse objectivo para poder fechar este período excepcional da nossa vida colectiva, recuperar a autonomia perdida em 2011 e abrir uma nova fase de crescimento sustentado da economia e do emprego.

Os sete exames regulares já realizados confirmam que apesar das enormes dificuldades temos estado à altura dos desafios colocados pelo Programa de Assistência.

Avançámos substancialmente na consolidação orçamental estrutural, sem nunca ter descurado a protecção social aos mais vulneráveis da nossa sociedade, atingimos um histórico reequilíbrio das contas externas e estamos a proceder às reformas estruturais incontornáveis para o necessário aumento da competitividade e o regresso à criação de riqueza.

Deste trabalho colectivo resultou a recuperação da confiança e da credibilidade de Portugal no exterior, permitindo já um progressivo restabelecimento do acesso do Estado ao financiamento nos mercados, condição para a melhoria do financiamento à economia.

Tal credibilidade é fundamental no contexto da permanente negociação com os nossos parceiros europeus. O reconhecimento dos nossos esforços e sucesso permitiu já dois ajustamentos das condições associadas aos empréstimos europeus do Programa, com redução dos juros e a extensão dos prazos de pagamento, bem como a revisão, bem-sucedida, das metas orçamentais, favorecendo a atenuação do impacto negativo da execução do Programa.

A persistência destes esforços conduzir-nos-á à correcção dos graves desequilíbrios que nos trouxeram, em 2011, à iminência da bancarrota.

O Governo está bem ciente de que o caminho do cumprimento do Programa, para cuja necessidade este Governo não foi o responsável, e da consolidação da confiança externa, em que muito temos trabalhado, é um caminho exigente e de escolhas muito difíceis, que tem apresentado dificuldades e implicado sacrifícios substanciais para os Portugueses, traduzidos sobretudo no aumento do desemprego.

Este processo de ajustamento a que nos vimos forçados, e que é particularmente difícil quando temos de o realizar numa conjuntura económica e social adversa, de prolongada recessão interna e no espaço europeu, constitui-se como um complexo desafio à relação de representação e de confiança entre os governos e os cidadãos. Ele é, no entanto, um requisito necessário à promoção do crescimento económico sustentado.



Potenciar um Novo Ciclo Económico

Cumpridos cerca de dois terços do caminho traçado pelo Programa, é com confiança e um renovado espírito de compromisso que o Governo solicita à Assembleia da República um voto de confiança para levar por diante, com determinação, o encerramento do Programa de Assistência e projectar um novo ciclo, sustentado, de desenvolvimento e crescimento.

Trata-se de um compromisso que pretendemos aberto e inclusivo, para agarrar os primeiros sinais de recuperação económica e lançar as bases do rumo do País no período pós-Programa.

É essencial alargar a discussão democrática em torno dos grandes temas nacionais, ampliar o alcance da negociação política e social, e valorizar uma cultura política de diálogo, cujas sementes foram lançadas, para novos entendimentos e acordos entre partidos e com parceiros sociais.

Esse compromisso deve assentar em três princípios de actuação:

- Determinação na prossecução do processo de ajustamento e na disciplina das contas públicas, pré condição de um crescimento sustentado;
- Concertação alargada com as forças políticas da oposição e os parceiros sociais sobre as posições a defender no quadro dos exames regulares, as metas a atingir e as medidas necessárias a esse fim, bem como no que diz respeito tanto às reformas estruturais necessárias ao crescimento como ao processo de regresso pleno a financiamento de mercado;
- Coesão na defesa da estabilidade política e governativa para robustecer a confiança junto dos nossos parceiros e dos mercados.

Fiel a estes princípios, o Governo propõe-se, na segunda parte da legislatura, a seguir uma linha política e económica assente nos seguintes eixos de acção:

Relançamento da economia, prosseguindo o cami-

no das reformas em curso para uma nova economia, mais aberta à participação concorrencial e não refém de privilégios e proteccionismos injustificados, apostada no fomento industrial e na produção de bens e serviços transaccionáveis, promotora da inovação e do empreendedorismo, mais geradora de emprego qualificado e da retenção de competências, e mais atractiva para o investimento estrangeiro.

São vectores deste eixo, um ambiente fiscal favorável ao investimento, a aposta numa economia verde, na ciência e investigação, o fomento das exportações e da internacionalização das empresas, a convergência de regimes entre os sectores público e privado, a estruturação de um sistema abrangente de formação e qualificação profissional, o continuado trabalho de desburocratização da Administração e de remoção de obstáculos à iniciativa económica, a mobilização do novo Quadro Financeiro Plurianual para a competitividade e a criação de uma instituição financeira de desenvolvimento.

Mais coesão e mais mobilidade social, aumentando a eficácia das políticas públicas e atacando o ciclo de pobreza que a última década agravou.

Os próximos anos têm de ter no centro das políticas o emprego e a construção de uma sociedade de oportunidades para todos os sectores sociais, todas as gerações e géneros, fortalecendo a coesão e a solidariedade entre o Estado, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais.

As políticas públicas, designadamente nas áreas da saúde e da educação, devem orientar-se para que ninguém seja tolhido na sua ambição e no seu projecto de vida em virtude da origem familiar, socioeconómica ou territorial.

Devem, igualmente, apostar no reforço do chamado “capital social” e na sustentabilidade das instituições sociais e promovendo uma verdadeira parceria com a sociedade.

- Mudança de relação do Estado com o cidadão e com o território, afirmando uma nova cultura de confiança e de responsabilidade, e uma política assumida e permanente de transparência e de acesso à informação pública.

O compromisso é o de deixar para trás a lógica do Estado hierárquico, burocrático, dirigista e opaco, e implantar uma cultura de Estado facilitador, ágil na resposta aos cidadãos, aberto à iniciativa e confiante da responsabilidade dos cidadãos, descentralizador e meritocrático.

É um compromisso que passa pela continuação da reforma dos licenciamentos, pela requalificação do capital humano da Administração, com recompensa real do mérito, e pela assunção descomplexada da distinção entre a obrigação de garantir o acesso de todos a serviços e bens de natureza pública, e a sua prestação ou provisão directa pela Administração.



- Papel activo e inteligente na Europa e no Mundo. Os últimos dois anos trouxeram, no plano europeu e internacional, um reconhecimento crescente da nossa acção diplomática. Depois das divisões que a crise da área do euro suscitou, é crucial uma acção determinada de recuperação da união entre os Estados-membros.

Queremos aproveitar a oportunidade histórica que se abre para tomar a dianteira no debate em torno da reforma económica e política das instituições e das políticas europeias.

Queremos assumir a voz credível e conciliadora entre pontos de vista diferentes, adquirida nos últimos dois anos, para levar mais longe o aprofundamento da União no sentido de uma maior consistência política, de uma maior solidariedade e de uma maior coesão económica.

A afirmação de Portugal no mundo pressupõe relações particularmente intensas e especiais na CPLP, bem como uma especial relação com África e com a América Latina, pilares estruturantes da nossa diplomacia.

Sem esquecer a importância do vínculo transatlântico

e o desenvolvimento das relações com a Ásia, o Magrebe e o Golfo Pérsico, relações sedimentadas na nossa História e que espelham a riqueza e a diversidade das opções externas de Portugal, nos planos político, económico, empresarial e cultural.

No plano da estabilidade governativa, é importante afirmar o robustecimento da coesão no interior da coligação governamental.

O reforço do acordo de coligação que os partidos da maioria apresentaram ao Senhor Presidente da República é a expressão de um compromisso firme pela estabilidade política nesta segunda parte da legislatura, pela convergência de posições políticas em torno de um programa e de objectivos comuns, e por um Governo sólido e coeso, capaz de dar resposta aos enormes desafios que Portugal e os Portugueses têm pela frente.

Assim, nos termos das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, o Governo solicita à Assembleia da República a aprovação de um Voto de Confiança à sua acção, a desenvolver no quadro do presente compromisso. -

Presidência do Conselho de Ministros, 25 de Julho de 2013, assina O PRIMEIRO-MINISTRO

O discurso do Primeiro-Ministro no Parlamento

«Nos períodos em que ocorrem grandes mudanças, em que muitas reformas são feitas, e mais mudanças ainda estão por vir, impõe-se um momento em que reforçamos as nossas energias, reconcentramos os nossos esforços, confirmamos a nossa força e nos preparamos para um novo fôlego. Um novo fôlego depois de uma árdua e necessária caminhada.

Neste momento queremos falar já do caminho que vamos percorrer com a mesma determinação e com a mesma coragem. Esta moção de confiança que o Governo submete à Assembleia da República soleniza esse ensejo e teria portanto de ser diferente das outras moções de confiança do passado. Teria de ser um apelo à confiança na segunda metade deste caminho que, como descrevi, foi, é, e será, difícil e necessário. Um apelo, não à confiança cega, mas à confiança democrática que se deposita num projecto político concreto, realista e promissor. Um apelo que obtenha do Parlamento uma resposta pela positiva – e não pela negativa, como foram as rejeições das moções de censura.

Em períodos como o que estamos a viver impõe-se um momento de clarificação. Agora, depois de se ter procedido a essa necessária clarificação, em que se tornou mais evidente para todos o que está verdadeiramente em causa para a vida dos Portugueses e para o destino do nosso País, podemos actuar com confiança redobrada. Podemos actuar com confiança em nome de princípios, em nome de objectivos, em nome do nosso futuro colectivo. É a tudo isso que a moção de confiança do Governo se refere e é de tudo isso que eu quero falar aos Portugueses.

Faltam 10 meses para terminarmos o Programa de Assistência. Serão 10 meses cheios de desafios e de escolhas difíceis. Mas não será certamente agora que iremos vacilar, quando dois terços do Programa foram cumpridos, e uma idêntica proporção do nosso ajustamento económico e financeiro foi já conseguida. Não será certamente agora que iremos vacilar, quando crescem os sinais positivos na economia e que cada vez mais indicam que podemos estar muito próximos da inversão que todos os Portugueses desejam.

Em 2011 recebemos um mandato dos Portugueses para cumprir o Programa de Assistência, fechar esta crise e recuperar a nossa autonomia, e é isso que faremos na segunda metade da legislatura. Prosseguiremos o caminho da consolidação orçamental, da disciplina financeira, do reequilíbrio das contas externas, da confiança e da credibilidade. Prosseguiremos o caminho das mudanças estruturais e do aumento de competitividade. E prosseguiremos o caminho de reforma do Estado, das PPP, das rendas excessivas e dos privilégios injustificados que são injustos e ineficientes. Daremos sentido aos sacrifícios que foram pedidos aos Portugueses, que querem pôr esta dura crise para trás das costas, mas que também querem um Estado e uma economia que nunca mais estejam sujeitos a um choque como o que sofremos em 2011.

Sem termos percorrido este caminho, não teríamos condições de perspectivar um novo ciclo de investimento e de crescimento sustentado. Sem termos feito as escolhas difíceis que fizemos, não poderíamos agora estar a olhar para a frente, para o futuro pós-Troika e para a abertura de um novo ciclo. Devemos olhar para o futuro, ultrapassando de uma vez por todas o imediatismo míope que em tantas ocasiões comprometeu as nossas possibilidades. Devemos encarar o futuro em conjunto, com a consciência e humildade democráticas de quem sabe que outros Governos virão mas que se manterão muitas das restrições à sua actuação.

É por isso que é muito importante alargar a discussão democrática em torno dos grandes temas nacionais e ampliar o alcance da negociação política e social. Para que as naturais divergências de opções políticas não tenham de se traduzir na imprevisibilidade, na instabilidade, nem na delapidação das estruturas básicas de uma sociedade mais justa e mais próspera. Assim, queremos mais concertação com os partidos da oposição e com os parceiros sociais no âmbito dos exames regulares da Troika, das reformas estruturais e do processo de regresso pleno ao financiamento de mercado.



Senhora Presidente,
Senhoras e senhores deputados,

Além da manutenção da disciplina orçamental e do equilíbrio das contas externas, para a segunda parte da legislatura o Governo define quatro grandes prioridades de acção:

Em primeiro lugar, o relançamento da economia. O programa de reformas estruturais executado nos últimos dois anos lançou as bases de uma nova economia. É a partir dessa base que queremos tornar a economia mais aberta, mais democrática e participada por todos, mais apostada na produção de bens transaccionáveis, com uma base exportadora mais alargada. Investiremos numa economia geradora de mais e melhores empregos, e mais atrativa para o investimento estrangeiro. Neste sentido, executaremos a Estratégia de Crescimento e Fomento Industrial e daremos uma particular atenção à estruturação de um sistema abrangente de formação e qualificação profissional, à desburocratização e à remoção de obstáculos à iniciativa económica, à criação de um ambiente fiscal favorável ao investimento e à

mobilização do novo Quadro Financeiro Plurianual para a competitividade. Em concreto, levaremos a cabo muito em breve uma profunda reforma do IRC. Vale a pena ser ambicioso nesta matéria e procurar corresponder às recomendações da comissão de estudo que apontam, no cenário mais favorável, para uma redução da taxa de imposto para 17 por cento até 2018. Mas, se pensarmos além do horizonte temporal contemplado pela comissão, podemos ponderar reduções adicionais dessa taxa nos anos subsequentes a 2018. Se fixarmos esse horizonte de redução para 2020, por exemplo, que coincide com o termo do próximo Quadro Financeiro Plurianual europeu, estou convencido de que poderíamos ir bem mais longe do que a taxa referenciada de 17 por cento. Em conjunto com as restantes reformas, a redução da taxa de IRC poderá colocar Portugal numa posição mais central dos fluxos globais de investimento estrangeiro. Além disso, fundaremos uma nova Instituição Financeira de Desenvolvimento para mudar o paradigma de investimento dos fundos europeus, tornando-os muito mais eficazes na geração de riqueza e com bases concorrenciais mais transparentes. A Instituição Financeira de Desenvolvimento terá a sua sede no Porto. Para as medidas de longo



alcance, como a estratégia de simplificação e redução da taxa do IRC, ou como a definição do Acordo de Parceria e a programação dos fundos estruturais dos próximos 7 anos, convidamos o principal partido da oposição no sentido de trabalharmos em conjunto e de nos comprometermos a todos perante o País, com espírito de abertura e de cooperação. Não há razão para, em matérias como estas, não haver convergência de posições entre o Governo, os partidos da maioria parlamentar e o Partido Socialista.

Em segundo lugar, investiremos em mais coesão e mais mobilidade social. As políticas públicas serão dotadas de maior coordenação e maior eficácia para tornar a nossa sociedade mais justa e mais aberta às oportunidades para todos. Queremos que cada um, independentemente da sua origem familiar, sócio-económica ou territorial, tenha as oportunidades que merece para realizar o seu projecto de vida. São chamadas a um papel central neste domínio as políticas de investimento social, isto é, as políticas de emprego e formação profissional, educação, saúde e segurança social, assim como todas as políticas que tenham impacto na coesão territorial do País. E queremos discutir essas políticas com os parceiros sociais, com as instituições de solidariedade e com os cidadãos.

Em terceiro lugar, queremos mudar a relação do Estado com o cidadão e com o território. A afirmação de uma nova cultura de confiança e de responsabilidade, a par de uma política assumida e permanente de transparência e de acesso à informação pública, têm sido os alicerces de um compromisso mais geral que agora renovamos. O compromisso de substituir a lógica do Estado hierárquico, burocrático e opaco por uma cultura do Estado confiante na responsabilidade dos cidadãos, descentralizador e meritocrático. Neste sentido, continuaremos a reforma dos licenciamentos, apostaremos na requalificação do capital humano da Administração Pública e na recompensa do seu mérito e pela assunção descomplexada entre a obrigação de garantir o acesso de todos aos bens de natureza pública, e a sua prestação direta pelo Estado. O nosso compromisso por um Estado de proximidade será concretizado com o Programa Aproximar. Trata-se de um programa de reorganização, descentralização e modernização administrativa. E queremos discuti-

com toda a abertura com as autarquias e os restantes atores envolvidos no processo. À semelhança do que foi recentemente conseguido com o acordo com a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias sobre a Lei das Finanças Locais e sobre as Comunidades Intermunicipais, temos a certeza de que desse diálogo resultará uma reforma ao serviço dos



cidadãos e do País cujos benefícios serão colhidos por muitos e muitos anos.

Em quarto lugar, exerceremos e aprofundaremos um poder inteligente na Europa e no Mundo. Iremos capitalizar o reconhecimento que a nossa acção diplomática obteve nestes últimos dois anos. Temos a oportunidade histórica de tomar a dianteira no debate com a voz credível e conciliadora de diferentes pontos de vista que adquirimos. Faremos as pontes necessárias para devolver união à Europa e assim avançar para uma maior consistência política, para mais solidariedade e coesão económica e para levar a cabo as reformas das instituições e políticas europeias. Exerceremos esse poder inteligente, que o simples peso económico e demográfico nunca nos iria conceder, para derrubar as barreiras que foram erguidas durante a crise da zona euro. Mas para isso temos de ser parceiros credíveis e confiáveis, e temos de saber integrar as diferentes perspectivas sobre os nossos problemas comuns. Devemos, por isso, rejeitar as visões unilaterais e de curto prazo, que não servem os Portugueses nem servem a Europa. Devemos, sim, abraçar uma visão política de conjunto, coerente e de futuro, para que Portugal cresça na Europa e para que a Europa cresça no mundo.

São estas as grandes linhas orientadoras que nos conduzirão nos próximos dois anos. Elas são o coração da moção de confiança que hoje submetemos à Assembleia da República. Mas queremos também que este compromisso renovado seja levado a todo o País e que esta moção seja um pacto de confiança com todos os Portugueses. Os Portugueses estão unidos na ambição de um País mais justo e mais próspero, estão unidos na dedicação à nossa democracia, e assim unidos iremos juntos enfrentar todos os obstáculos e todas as dificuldades. Esta não é a hora de desistirmos do interesse do País por razões de conveniência pessoal ou partidária. Da parte do Governo, não haverá nem palavras, nem actos de desistência. Esta é a hora de nos concentrarmos no que é essencial, com inteira disponibilidade para o diálogo e para a concertação. Para que quem vier depois de nós, Governo e oposição, possa dizer que fizemos tudo o que era necessário, tudo o que podia ser feito.

Muito obrigado.» - Gabinete do PM

Passos Coelho na “Festa das Romanas” em Vila Real



O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, esteve no fim-de-semana na Festa de Verão do PSD de Vila Real, em Pedras Salgadas, concelho de Vila Pouca de Aguiar, na já tradicional “Festa das Romanas deixando um “aviso” aos membros da Oposição, que pensam que as autárquicas são “favas contadas” e que podem abrir uma crise política dentro de uns meses, com o resultado das eleições de Setembro.

Debaixo de chuva intensa, que no entanto não afastou ninguém, Passos Coelho, justificou aos militantes e simpatizantes sociais-democratas, a prioridade que deu, nestes dois anos, à execução do programa de assistência económica e financeira.

No entanto, frisou que agora se inicia um “novo ciclo” para o País e para o partido, o PSD “não entrega o jogo político, o PSD não desiste de lutar por Portugal e de mostrar que o esforço que vimos fazendo terá uma boa resposta do Governo e dos portugueses”, disse Pedro Passos Coelho, salientando que o partido vai às eleições autárquicas de “cabeça bem erguida”.

“E iniciaremos este novo ciclo político a pensar no nosso País, mostrando aos portugueses que quem faz o que deve, não teme, e iremos ao encontro dos portugueses porque não os receamos e sabemos que temos boas contas a prestar”, sublinhou.

Na ocasião, deixou um aviso para que se “desenga-

nem os que pensam que ‘isso das eleições autárquicas são favas contadas e que podem abrir uma crise política dentro de uns meses com o resultado das eleições”.

Por sua vez, na sua primeira intervenção como coordenador da Comissão Política Nacional e porta-voz do PSD, Marco António Costa, referiu ser uma “particular honra” dar o arranque no distrito de Vila Real ao novo ciclo político que se encerrará com as eleições legislativas em 2015.

“Acho que é muito promissor que se abra aqui a preparação de um novo ciclo político para voltar a reeleger Pedro Passos Coelho como Primeiro-Ministro de Portugal”, salientou.

Para os que julgam que o PSD vai a eleições com medo, Marco António Costa salientou que “estão verdadeiramente enganados” e que está “longe de estar definido o desfecho do ciclo político”.

O Porta-Voz do partido, lembrou o trabalho feito por Jorge Moreira da Silva, que tratou de “assegurar” que o PSD apresenta em todo o País os “melhores”.

“Nós estamos preparados para disputar palmo a palmo, sob todos os pontos de vista, os lugares em jogo nestas autárquicas” afirmou.

afirmou também que Portugal está a fazer agora, “de forma muito concentrada”, reformas que deveriam ter sido feitas durante anos.

“Agora tudo tem de se fazer neste período de três anos, tudo. A reforma do Estado, a reforma das Parcerias Público-Privadas, dos contratos ‘swaps’, tudo o que constitui risco elevado para o País, tudo o que nos impediu de crescer durante anos, tudo o que aumentou o peso do Estado e obrigou os portugueses a pagar mais impostos”, feriu durante esta Festa de Verão do PSD, em Vila Pouca de Aguiar.

Tudo, acrescentou Pedro Passos Coelho, “o que se foi fazendo ao longo de anos sem pensar no que haveria de ser a situação de futuro, tudo agora tem de ser resolvido nestes três anos”.



“E toda a indulgência que houve durante estes anos todos para estas situações inexplicáveis agora desapareceu. Agora temos de enfrentar a maior exigência e crítica com tudo o que se decide e se faz”, afirmou.

O presidente do PSD frisou, depois, que estas afirmações não foram feitas “como quem se queixa”.

“Verdadeiramente, o que eu acho inaceitável é a indulgência perante a irresponsabilidade e o que eu acho indesculpável é uma sociedade política que não tem inteligência e exigência para cobrar a quem governa os resultados que são importantes para o País”, sublinhou.

Disse, ainda, que gosta de “responder perante a indulgência e de explicar tudo o que se faz”.

Passos Coelho afirmou que o trabalho que está a fazer tem valido a pena e salientou que já há sinais que devem ser vistos “como primeiros sinais de recuperação e que representam o esforço que os portugueses têm feito”.

“Nos últimos meses, a nossa economia já começou a dar alguns sinais positivos de recuperação e, também na Europa, esses sinais começaram a aparecer e isso é importante, porque uma parte crescente da nossa economia está voltada para fora”, salientou.

Há dois anos, segundo o presidente do PSD, Portugal exportava 30% do que produzia, agora exporta quase 40% e antes de o mandato

O presidente do PSD defendeu que é preciso estabelecer uma hierarquia do que é importante no país, para evitar um novo pedido de assistência externa, acreditando que a Constituição não vai impedir as reformas necessárias.

Pedro Passos Coelho, disse que o pior que pode acontecer ao País é ficar sem dinheiro para pagar salários e lembrou que foi justamente por isso que Portugal teve de pedir assistência externa.

“Para que isso não volte a acontecer, temos de estabelecer uma hierarquia do que é realmente importante e o que não for, tem de deixar de ser feito. As pessoas que faziam aquilo que era menos importante, têm que ser afectadas a fazer outras coisas que são mais importantes e, se não for preciso tanta gente para fazer isso, essas pessoas têm de ir fazer alguma coisa para outro lado”, salientou.

Não pode, acrescentou, “o Estado ficar-lhes a pagar eternamente para fazer o que não é preciso; isto é assim, em qualquer País desenvolvido do mundo”.

“Não acredito que a nossa Constituição nos impeça de fazer o que qualquer sociedade desenvolvida faz”, sublinhou.

Depois, segundo Passos Coelho, é ainda “verdadeiramente importante” definir o que o Estado pode fazer directamente e o que pode fazer em parceria com a sociedade civil.

Nesse sentido, deu a Segurança Social como um “exemplo extraordinário” de como se pode pensar a reforma do Estado gastando menos, sem por em causa os serviços que são prestados às pessoas.

“Temos conseguido na área social uma verdadeira parceria com as instituições de solidariedade social”, frisou



Primeiro-Ministro nas festas do Bodo

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, este em Pombal no dia 26, e presidiu à sessão que abriu as tradicionais “Festas do Bodo”, apelando no discurso que, de improviso, proferiu na ocasião, a um acordo e convergência de objectivos com o PS, que seja possível construir para além da actual legislatura, que termina em 2015, de modo a conseguir-se, seja qual for o Partido ou Partidos que formem governo, num clima de união nacional.

“Desde que tenhamos os pés assentes na terra e sejamos realistas - quer dizer, não comecemos a estabelecer objectivos que estão manifestamente para além daquilo que as condições nos permitem - então é possível vencer e ultrapassar obstáculos e conseguir um clima de união nacional, não é de unidade nacional, é de união nacional, que permita essa convergência”, disse Passos Coelho, discursando em Pombal na sessão solene de abertura das Festas do Bodo.

O Primeiro-ministro sublinhou que o actual quadro fiscal, que classificou de “adverso às empresas”, necessita de ser melhorado.

“Mas não conseguimos fazer isso de um ano para o outro, não é possível. Não poderíamos agravar ainda mais

o IRS para compensar alguma perda de rendimento que resultaria dos impostos para as empresas”, sustentou.

No entanto, de acordo com o chefe do Governo, se Portugal tiver um compromisso “entre todos a médio e longo prazo, um compromisso que seja credível, que toda a agente acredite que será atingido, então é possível que os investidores possam beneficiar dessa previsibilidade e investir no futuro”.

“Nós poderemos ir tão longe nessa matéria, quanto formos capazes de entendimento com o principal partido da oposição”, acrescentou, assegurando que procurará esse entendimento.

Na sessão, o Primeiro-Ministro recebeu a Medalha de Honra do município de Pombal e, em seguida, percorreu, a pé, mais de um quilómetro pelas ruas, numa visita a obras de regeneração urbana, tendo procedido ao lançamento da primeira pedra do Centro de Estudos Carlos Mota Pinto, que considerou como uma “personalidade extraordinária da vida política portuguesa”.

Em frente à Câmara Municipal e em parte do percurso pedestre, Passos Coelho foi saudado por várias dezenas de pessoas, ouvindo-se por várias vezes palmas, mas também foi e ouviu as queixas de alguns populares sobre “os abusos” de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e pensões de reforma, e lhe desejaram que tenha “coragem” e “força”.



Conselho de Ministros de 25 de Julho de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou o texto da Moção de Confiança a apresentar pelo Governo à Assembleia da República.

2. O Conselho de Ministros aprovou o processo de privatização da CTT Correios de Portugal, S.A., a realizar-se mediante a alienação das acções representativas de até 100 % do respectivo capital social.

O diploma prevê a alienação do capital social dos CTT através de venda directa de referência, tendo em vista o desenvolvimento estratégico da empresa, bem como através de oferta pública de venda, podendo esta ser combinada com uma venda directa a uma ou mais instituições financeiras que fiquem obrigadas a proceder à subsequente dispersão junto de investidores nacionais ou estrangeiros.

Consagra-se a alienação de um máximo de 5% de acções a trabalhadores dos CTT Correios de Portugal, S.A., e das empresas por esta participadas.

De forma a reforçar a total transparência do processo, todos os elementos respeitantes à privatização dos CTT Correios de Portugal, S.A., serão disponibilizados ao Tribunal de Contas e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime jurídico de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades, alargando a entidades de natureza pública que não façam parte da Administração directa do Estado. alguns dos apoios já existentes para entidades



de direito privado.

No mesmo sentido é alterado o regime de concessão de apoio técnico e financeiro aos centros de reabilitação profissional de gestão participada, às entidades de reabilitação, bem como a credenciação de centros de recursos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e a criação do Fórum para a Integração Profissional.

É, assim, aberto o acesso das entidades promotoras de direito público aos apoios financeiros previstos para os centros de emprego protegido e aos contratos de emprego apoiado em entidades empregadoras, tendo em consideração a importância que estes postos de trabalho representam, em particular a nível local, para as pessoas com deficiência e incapacidade e com capacidade de trabalho reduzida.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que delega na Ministra de Estado e das Finanças e no Ministro da Economia, com faculdade de subdelegação, a prática de actos associados ao contrato de concessão de serviço público aeroportuário celebrado entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, S.A., e ao Acordo Quadro entre o Estado Português e a Região Autónoma da Madeira, conducente à integração dos aeroportos situados nesta região autónoma na rede aeroportuária nacional.

5. O Conselho de Ministros autorizou a realização de despesa resultante da prestação do serviço público no ano 2011 e anos 2012 e 2013, dos operadores suburbanos de transporte colectivo rodoviário de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa, pela manutenção, por razões de interesse público, de títulos de transporte intermodais no montante de 21.806.784 euros, acrescido de IVA.

6. O Conselho de Ministros autorizou, no âmbito do projecto para alienação pelo Estado Português de 12 aeronaves F-16 à República da Roménia, a realização da despesa destinada a suportar os encargos decorrentes do contrato a celebrar.

A despesa aprovada contempla a preparação e a actualização da configuração das aeronaves, a formação, treino e apoio logístico inicial e a sustentação de uma equipa de apoio técnico, até ao montante de 108,2 milhões de euros, encargo a satisfazer pelas verbas inscritas no contrato de alienação.

- Gabinete do Conselho de Ministros

Candidatura de José Manuel Biscaia apresentada com Matos Rosa



“Vencer o futuro. Somos a solução” é o lema da candidatura de José Manuel Biscaia à Câmara de Manteigas.

A apresentação pública desta candidatura social-democrata que decorreu no domingo, dia 28 e juntou um grande número de apoiantes do candidato.

José de Matos Rosa, Secretário-Geral do PSD esteve presente e demonstrou a confiança que sente na reconquista desta autarquia.

Para Matos Rosa, é necessário devolver a esperança a todos os manteiguenses, esperança essa perdida, devido à actual governação socialista do município, afirmando:

«Tenho a certeza: José Manuel Biscaia, que vai conquistar a Câmara Municipal de Manteigas e devolver esperança às pessoas, conseguindo recuperar do atraso destes quatro anos de liderança socialista»

José Manuel Biscaia não conseguiu esconder a grande emoção que sentia neste momento e destacou que ninguém poderá desistir da luta para um melhor futuro de Manteigas:

«A verdade é esta: um homem não desiste. Nós não podemos desistir de Manteigas»

Esta já não é a primeira vez que José Manuel Biscaia se candidata à liderança de Manteigas.

Actual vereador desta autarquia, governou Manteigas durante 16 anos e não se contenta com o actual rumo do concelho: «Entendo que aquilo que eu fiz em dezasseis anos e o que vi ou não fazer em quatro anos, era motivo suficiente para eu continuar a lutar pelo meu concelho, pelas minhas gentes, pelas minhas pessoas, porque eu acho que foram quatro anos de autênticos desastres»

José Manuel Biscaia contou ainda com o apoio de Manuel José Carvalhinho, Candidato à Assembleia Municipal, Júlio Sarmiento, Presidente da Comissão Política Distrital da Guarda, Candidatos às Juntas de Freguesia do Concelho, Autarcas e dirigentes locais do PSD e da JSD. - Audiovisuais

Marco António Costa substitui Moreira da Silva na coordenação da CPN

A Comissão Política do Partido Social Democrata (PSD), na sua reunião de 24 de Julho de 2013, sob proposta do Presidente, deliberou por unanimidade, nomear o Vice-Presidente da Comissão Política Nacional, Dr. Marco António Costa, como coordenador permanente da Comissão Política Nacional e porta-voz do Partido.

O Eng. Jorge Moreira da Silva, que foi nomeado Ministro do Ambiente, manter-se-á no cargo de Vice-Presidente da Comissão Política Nacional, sem funções executivas. – Assina o Secretário-Geral, José de Matos Rosa

“Curriculum Vitae” de Marco António Costa

1. Identificação
Nome: Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Natural de Fânzeres – Gondomar
Nascido em 18 de Maio de 1967
2. Habilitações literárias
Licenciatura em Direito, pela Universidade Católica do Porto.



3. Actividades profissionais
- Profissão: Advogado
4. Funções que actualmente exerce
- Actualmente, Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, do XIX Governo Constitucional
6. Funções exercidas
- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (desde 2005-2011)
- Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD
- Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Segurança Social da Família e da Criança do XVI Governo Constitucional (2004);
- Deputado à Assembleia da República, na X Legislatura (2005/2007);
- Deputado IX e Vice-Presidente da Bancada Parlamentar do Partido Social-democrata na Assembleia da República com os seguintes pelouros (2002/2005):
- Matérias adstritas à 9ª Comissão (Obras Públicas, Transportes e Comunicações) e 10ª Comissão (Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas) – Gab. CPN

“Portalegre com Orgulho” apresentou os candidatos às Juntas de Freguesia



A coligação “Portalegre com Orgulho” apresentou na sexta-feira, dia 26 de Julho, os sete candidatos às Juntas de Freguesia do concelho.

Uma sala cheia de portalegrenses recebeu este momento simbólico da candidatura, encabeçada por Jaime Azedo.

José Matos Rosa, Secretário-Geral do PSD e Candidato à Assembleia Municipal de Portalegre participou nesta apresentação pública na sua terra natal.

Matos Rosa a confiança que sente neste projecto político, a confiança que sente em Jaime Azedo, afirmando. “Eu acredito no projecto liderado do Dr. Jaime Azedo e que é apoiado por todos estes candidatos. É preciso muita coragem para, nestes tempos difíceis, o Dr. Jaime Azedo candidatar-se ao executivo camarário. Só um amor profundo à nossa terra é que justifica este

acto de tamanha generosidade”.

Alagoa, Alegrete, Fortios, Ribeira de Nisa e Carreiras, Reguengo, São Julião, Sé, São Lourenço e Urre apresentaram também os seus candidatos cujo contributo José Matos Rosa fez questão de agradecer. “A todas e todos os candidatos às Juntas de Freguesia o meu sincero agradecimento por darem a cara por cada um dos projectos com que se apresentam no concelho de Portalegre”.

Contra o desânimo, Jaime Azedo deixou uma palavra de esperança, esperança e confiança na mudança que é necessária no município: Jaime Azevedo afirmou que “Uma palavra de esperança a todos e dizer-vos que é possível mudar o rumo dos acontecimentos, se nos unirmos e soubermos qual o caminho que devemos percorrer”.

O Candidato desta coligação PSD/CDS-PP afirmou que, com o seu projecto político, Portalegre irá ter um

novo rumo. “Nós temos um projecto credível. Um projecto que é realizável, um projecto que tem como objectivo voltar a colocar Portalegre no mapa e dar a conhecer a voz de Portalegre. Tenho a certeza que, comigo, a voz de Portalegre se fará ouvir”.

João Maçãs, Mandatário da Candidatura, Raquel Banheiro, Mandatária da Juventude, Cristóvão Crespo, líder da Comissão Política Distrital de Portalegre, Filipe Serrote, Presidente do PSD local, António Carlos Monteiro, Secretário-Geral do CDS-PP, Autarcas e dirigentes locais, também estiveram presentes. - Audiovisuais



Perfil

Jorge Moreira da Silva é o novo Ministro do Ambiente



Jorge Moreira da Silva, de 42 anos, foi – até ser chamado ao Governo - Primeiro vice-Presidente e coordenador da Comissão Política Nacional do PSD, e assumiu funções como ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, áreas às quais se tem dedicado.

Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva nasceu em Vila Nova de Famalicão a 24 de abril de 1971, é licenciado em engenharia electrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, tem uma pós-graduação em Direcção de Empresas, é casado e tem três filhos.

Foi presidente da JSD, eurodeputado, secretário de Estado dos governos PSD/CDS-PP de Durão Barroso e Pedro Santana Lopes, conselheiro do Presidente da República, Cavaco Silva, do Banco Europeu de Investimento e da Comissão Europeia para o ambiente e a energia e director da área da Economia de Energia e Alterações Climáticas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Há cinco anos, Jorge Moreira da Silva apoiou e colaborou na primeira candidatura de Pedro Passos Coelho à liderança do PSD, derrotada por Manuela Ferreira Leite.

Dois anos depois, em 2010, Passos Coelho candidatou-se novamente, desta vez saindo vencedor contra Paulo Rangel e Aguiar-Branco, e voltou a ter Moreira da Silva como apoiante. A seguir, este integrou a equipa de

direcção do PSD, como um dos seus vice-presidentes.

No congresso social-democrata seguinte, em Março de 2012, já com Passos Coelho na chefia do Governo PSD/CDS-PP, subiu a primeiro vice-presidente do PSD e ficou com a coordenação da CPN do seu partido, dado que Passos Coelho, como Primeiro-Ministro, teria, necessariamente, de não consagrar à Direcção do PSD, o seu tempo inteiro

Neste período, fundou, em Outubro de 2011, uma associação cívica, “Plataforma para o Crescimento Sustentável”, que elaborou em Dezembro de 2012 um documento intitulado “Relatório para o Crescimento Sustentável - Uma visão pós-‘troika’”, que tem sido apresentado pelo País.

Na qualidade de presidente dessa associação, propôs, entre outras recomendações, um agravamento dos impostos ambientais, que permitisse reduzir o IRS e o IRC, num quadro de neutralidade fiscal.

Desde Janeiro deste ano, preside ao Grupo de Trabalho do Partido Popular Europeu (PPE) para a Energia e Alterações Climáticas.

Jorge Moreira da Silva foi o sucessor de Pedro Passos Coelho na liderança da organização de juventude social-

democrata, cargo que exerceu entre Dezembro de 1995 e Setembro de 1998.

Quanto à liderança do PSD, apoiou Marcelo Rebelo de Sousa, eleito no congresso de Abril de 1996, após a demissão de Fernando Nogueira. No ano anterior, tinha apoiado Durão Barroso contra Fernando Nogueira.

Entre 1995 e 1998, passou pelo parlamento, como deputado pelo círculo de Braga.

No ano seguinte, fez parte da lista do PSD às eleições europeias de 13 de Junho de 1999, encabeçada por Pacheco Pereira, e foi eurodeputado durante cerca de quatro anos, ocupando-se de temas relacionados com o ambiente, e em particular, às alterações climáticas.

Deixou o Parlamento Europeu para assumir, entre 2003 e 2004, o cargo de secretário de Estado adjunto da ministra da Ciência e do Ensino Superior, Maria da Graça Carvalho, durante o Governo PSD/CDS-PP chefiado por Durão Barroso.

Quando Pedro Santana Lopes ficou a chefiar um novo executivo PSD/CDS-PP, na sequência da saída de Durão Barroso para a presidência da Comissão Europeia, entre 2004 e 2005, Moreira da Silva foi secretário de Estado adjunto do ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, o democrata-cristão Luís Nobre Guedes.

Entre 2005 e 2010, a seguir à queda desse executivo e do regresso do PS ao poder, foi consultor internacional na área das alterações climáticas e docente universitário na área da economia da energia.

Entre 2005 e 2006, foi novamente deputado, desta vez pelo círculo de Lisboa. Entre 2006 e 2009, foi consultor do Presidente da República, Cavaco Silva, para as áreas da ciência, ambiente e Energia e conselheiro do Banco Europeu de Investimento (BEI) e da Comissão Europeia nas áreas do ambiente e energia.

Entre 2009 e 2012, foi conselheiro, e posteriormente, director da área de economia da energia e das alterações climáticas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Nova Iorque.

Foi distinguido, em 2006, com a Comenda de Mérito Civil atribuída pelo Rei de Espanha, e em 2009, com a insígnia de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo Presidente da República Portuguesa. – Fonte: Lusa

Comunicado da Secretaria-Geral do Partido Social Democrata

A Comissão Política do PSD recebeu, em trabalho, uma delegação do Distrito de Faro (Algarve) e após as conversações emitiu o seguinte comunicado:

1. O PSD reitera a confiança no Eng. Macário Correia, para a conclusão do seu mandato e manifestou a esperança em que o processo judicial possa ter um desfecho célere e positivo.
2. Paralelamente, o PSD reafirmou o empenhamento e o apoio à candidatura protagonizada pelo Dr. Rogério Bacalhau à autarquia de Faro.
3. O Eng. Macário Correia manifestou o seu apoio total à candidatura do Dr. Rogério Bacalhau.

Estiveram presentes na reunião, durante a manhã de hoje (dia 31 de Julho), na sede nacional, o Vice-Presidente e coordenador permanente da Comissão Política Nacional e porta-voz do Partido, Dr. Marco António Costa, os membros da Coordenadora Autárquica Nacional do PSD, o Vice-Presidente, Eng. Jorge Moreira da Silva, o Secretário-Geral, José Matos Rosa, o Presidente da Secção de Faro do PSD, Dr. Cristóvão Norte, o Presidente da Distrital de Faro do PSD, Dr. Luís Gomes, além do actual Presidente da Câmara Municipal de Faro, Eng. Macário Correia, e do candidato à Câmara de Faro, Dr. Rogério Bacalhau. – Assina: José de Matos Rosa, Secretário-Geral

Distrital do PSD congratula-se com anúncio de que a sede do Banco de Fomento será no Porto

O Presidente da Comissão Política da Distrital do PSD do Porto, Virgílio Macedo, congratula-se pelo facto de o Primeiro-Ministro ter anunciado no Parlamento algumas medidas que vão ao encontro das pretensões já há muito solicitadas por esta estrutura social-democrata, tais como, entre outras, a redução da taxa do IRC e a abertura de uma nova instituição financeira de Fomento com sede na cidade do Porto.

“A redução da taxa de IRC, é uma medida estrutural que tornará Portugal num país mais atractivo para o investimento estrangeiro. Esta será uma medida que irá beneficiar muito os milhares e milhares de pequenas e médias empresas sediadas no Distrito do Porto e no Norte do País, as quais têm sido o eixo crucial da dinamização das nossas exportações de bens transaccionáveis, levando a um equilíbrio histórico da nossa balança comercial”, refere Virgílio Macedo

O presidente da Distrital social-democrata do Porto salienta ainda o facto do Primeiro- Ministro ter anunciado a abertura de uma nova Instituição Financeira de Desenvolvimento, com sede no Porto, para mudar o paradigma de investimento dos fundos europeus, tornando-os muito mais eficazes na geração de riqueza e com bases concorrenciais mais transparentes. “Esta Instituição Financeira de Desenvolvimento terá a sua sede no Porto. Este é sem dúvida o reconhecimento explícito do Governo e do Sr. Primeiro-Ministro, para a importância decisiva para o futuro do nosso país, da capacidade empresarial e produtiva do Norte do país e dos seus empresários, reconhecidos historicamente como de enorme capacidade de inovação e de empreendedorismo”. O líder da Distrital social-democrata do Porto, lembrou ainda que “foi o Dr. Luís Filipe Menezes o primeiro a sugerir ao Governo, que a sede do Banco de Fomento a criar pelo Estado, fosse no Porto, o qual foi imediatamente secundado pela distrital do PSD do Porto, que fez desta proposta uma causa também sua”, concluiu Virgílio Macedo.

AUTÁRQUICAS 2013



Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013

www.autarquicaspsd.pt



Miguel Frasquilho

“É altura de os tradicionais jogos políticos darem lugar a atitudes responsáveis”

Miguel Frasquilho lamentou que os três partidos subscritores do Memorando assinado com a troika em Maio 2011 não tenham conseguido chegar a um “Compromisso de Salvação Nacional” como havia sido proposto pelo Presidente da República. “Infelizmente, não foi possível assegurar um compromisso, não obstante a disponibilidade e empenho da Coligação. É pena, porque, na situação que enfrenta, Portugal está extraordinariamente condicionado nas opções que pode tomar – afinal, é um país que foi resgatado em Maio de 2011, em consequência do definhamento económico e do endividamento galopante que resultaram de vários anos de opções de política económica desadequadas para o ambiente exigente que enfrentamos, quer a Zona Euro, quer a Globalização”.

No entender do social-democrata “pensar que a trajectória de desendividamento, sobretudo no sector público, pode ser invertida sem medidas adequadas, é algo que nem sequer pode ser levado a sério. Primeiro, e desde logo, porque os nossos credores nunca o permitiriam. Se aqueles que o defendem chegassem a governar o País, teriam, pois, e lamentavelmente, que desdizer tudo aquilo que hoje andam a prometer como possível. Se dúvidas existissem, basta ver o que se passa em França, onde o Presidente Hollande passou num ápice de esperança a desilusão e está, até, a preparar um forte aumento de impostos para 2014. Em segundo lugar porque, na verdade, a despesa pública portuguesa, apesar dos esforços levados a cabo nos últimos dois anos, continua a ter um peso insuportável na economia portuguesa, sendo, face ao nosso nível de vida, das mais elevadas da União Europeia. E, por mais que se tente negar a realidade, as tendências demográficas e económicas, irão conduzir, inevitavelmente, a alterações que adaptem a despesa pública à capacidade de produção e criação de riqueza. Em Portugal como na Europa”.

Miguel Frasquilho recordou aos deputados da oposição que Portugal cumpriu já mais de 2/3 do programa de resgate iniciado em Junho de 2011. “A notável aplicação e capacidade de sofrimento dos Portugueses, em conjunto com o compromisso e a vontade do Governo têm permitido que o País conseguisse, até agora, avaliações positivas por parte dos nossos credores. Fosse quem fosse que estivesse ao leme do País, nada teria sido muito diferente do que foi. Não é aceitável que, aqui chegados, deitemos tudo a perder. Os Portugueses não o aceitariam e não nos perdoariam”.

“Sabemos que nem tudo correu bem nos últimos dois anos. Creio, porém, ser inegável que, em geral, se conseguiu recuperar a credibilidade e a imagem de Portugal no exterior, sem o que nunca poderíamos ambicionar sair da actual situação. Não é possível mudar o passado, quer o que correu bem, quer o que podia ter corrido de outra forma. Mas é possível aprender com o passado e tirar lições sobre o que se passou. Não é, por isso, altura de esquecer, é altura de recordar, analisar e aprender. E é por isso que, na fase que se avizinha, fundamental para concluirmos o Programa a que estamos submetidos, quanto mais unida a sociedade portuguesa se mostrar, maior será a nossa capacidade negocial com os nossos credores. É altura de os tradicionais jogos políticos, muitas vezes palacianos, de utilidade duvidosa e dos quais os Portugueses estão certamente muito fartos, darem lugar a atitudes responsáveis e de compromisso. A situação que vivemos não é normal”.

A terminar, Miguel Frasquilho sustentou que é o desejo de todos que Portugal ultrapasse com sucesso a fase complicada que está a viver. “E quando começam a surgir alguns sinais, embora ténues, de que a recuperação da economia pode ser real, e que, embora a austeridade não termine, a sua composição e a sua intensidade podem ser diferentes no futuro, privilegiando o crescimento económico, ninguém entenderia que não remássemos todos para o mesmo lado, puxando o barco na direcção certa. É essa abertura e ambição que aqui reafirmo em nome da Maioria, desejando que elas tenham a necessária correspondência nas forças políticas e sociais que em muito podem ajudar a contribuir para que o sucesso de Portugal e dos Portugueses possa ser atingido”.



Nuno Encarnação destaca os sinais positivos da nossa economia

O deputado do PSD, Nuno Encarnação, afirmou, dia 24, não compreender o comportamento dos deputados do PS. Segundo o social-democrata, os deputados socialistas que na legislatura anterior passavam as suas intervenções a destacar dados positivos, são os mesmos que agora ignoram e ocultam todos os dados positivos existentes.

“Gostava que se tivessem referido à revisão em alta, pelo Banco de Portugal, das exportações e que dissessem que o Governo está de parabéns. Quando sabemos que a produção industrial cresceu 4,5 por cento gostava que dessem os parabéns. Quando passado 10 trimestres em que a economia não crescia tivemos um resultado positivo porque é que não dão os parabéns? Porque é que não destacam que as exportações são o grande motor deste país e que voltaram a crescer em Maio 5,6 por cento”?

A terminar, o parlamentar social-democrata declarou que estes números comprovam que o esforço e dedicação dos portugueses têm valido a pena.

PSD/Açores saúda decisão do senado americano em “manter” o efectivo militar na Base das Lajes

O presidente do PSD/Açores congratulou-se com a decisão da Câmara dos Representantes norte-americana de impedir a diminuição do efectivo militar na Base das Lajes no próximo ano. Duarte Freitas considera essa decisão “fruto do grande trabalho que tem sido desenvolvido pelos representantes políticos das comunidades açorianas, mas também do intenso esforço conjunto que tem sido feito na região, para que o assunto não seja esquecido”.

“Julgo que essa decisão deve orgulhar os representantes políticos das nossas comunidades, porque é fruto do seu trabalho, mas também o presidente do governo regional que tem desenvolvido importantes contactos nos Estados Unidos e os partidos políticos devem ficar satisfeitos por ver que esse intenso trabalho está a dar frutos”.

“Essa decisão não significa que o problema da base das Lajes esteja resolvido, mas significa que o esforço de todos pode ser um contributo importante para que possa ser mantido o efectivo militar norte-americano na ilha Terceira”, disse Duarte Freitas.

O presidente dos sociais-democratas recordou que ainda recentemente teve oportunidade de se encontrar com o congressista Devin Nunes, no Porto, num encontro onde foi abordada, precisamente, “esta questão da redução do efectivo militar na Base das Lajes”.

“Como referi na altura”, disse Duarte Freitas, “esta é uma questão que vai para lá dos partidos. É um assunto que, pela sua importância para a economia da Terceira e da Região, deve unir todos os representantes políticos açorianos. Essa união será também uma demonstração do empenho dos Açores em defender os seus interesses”.

Duarte Freitas revelou ainda que teve já oportunidade de enviar uma carta aos representantes políticos norte americanos oriundos das comunidades açorianas “não só dando os parabéns por esta conquista importante, mas também disponibilizando o apoio do PSD/Açores para todas as iniciativas que estes venham a considerar importantes”.

O presidente do PSD/Açores disse ainda que “essa disponibilidade total do PSD/Açores foi também manifestada novamente ao presidente do governo dos Açores”.



António Ventura defende o reordenamento do trânsito em Angra do Heroísmo

O candidato da coligação “Por Angra” à presidência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo garantiu a criação “de um plano para reordenar o trânsito na cidade”, considerando “urgente a resolução de pontos de estrangulamento da circulação automóvel, como são os casos do Alto das Covas e da rotunda da Praça Velha”.

De acordo com António Ventura, “o centro histórico sofre, há vários anos, de um problema de fluidez do trânsito, especialmente nas horas de maior movimento, sem que nunca tenha sido resolvido, isto apesar das diversas recomendações que os vereadores da oposição foram apresentando. Em quatro anos a câmara nada fez para solucionar o problema”, lembrou.

O candidato assegura “um compromisso no sentido de efectuar um estudo, que a actual câmara anunciou, mas nunca chegou a realizar, para se encontrarem as melhores soluções. Não podemos continuar com esta pasmaçeira, é preciso eficácia e trabalho em Angra”, concluiu Ventura.



José Manuel Bolieiro lança “site” da candidatura



Está disponível, desde dia 24, o “site” de divulgação da candidatura de José Manuel Bolieiro à presidência da Câmara Municipal de Ponta Delgada, assim como a página de apoio ao candidato na rede social Facebook.

Os dois sítios na Internet, agora disponibilizados, constituem não só espaços privilegiados para a comunicação do candidato, mas também para recolher contributos e propostas por parte dos cidadãos do concelho e de todos quantos se manifestem interessados em contribuir para o projecto que o PSD/Açores apresenta em Ponta Delgada.

Os sítios do candidato social-democrata açoriano à maior autarquia da região dos Açores estão disponíveis nos endereços www.josemanuelbolieiro.com e em www.facebook.com/onossopresidente.

“As novas tecnologias de comunicação são fundamentais hoje em dia, e devem ser utilizadas pelos agentes políticos como veículo de proximidade. São um instrumento fundamental e quando bem utilizado um excelente instrumento de desenvolvimento”, declarou Bolieiro.

Pinto Balsemão ao Conselho Empresarial do Norte

ESTADO NÃO PODE SER O PRINCIPAL GESTOR DO APARELHO PRODUTIVO

“Sou o primeiro a assumir a responsabilidade do Estado na prossecução da justiça social e na garantia do acesso de todos os bens e serviços essenciais, nomeadamente na educação, saúde e habitação. Mas considero indispensável reconhecer que o Estado não pode ser o criador directo de empregos, o investidor, o exportador. Não pode ser o promotor exclusivo da inovação e do progresso tecnológico. E, sobretudo, não pode ser o principal gestor do aparelho produtivo do país”.

São palavras do Primeiro-Ministro, sábado proferidas na sessão de encerramento do Conselho Empresarial do Norte, naquele que por certo passou a ser o mais profundo e directo discurso de Pinto Balsemão em matéria económica.

Além de ter anunciado aquilo que muitos empresários certamente esperavam ouvir, o Primeiro-Ministro não deixou, contudo, de chamar a atenção para o facto de o País estar necessitado de uma classe empresarial dedicada ao interesse nacional. Um discurso de grande dimensão, de estadista, que constituiu, por outro lado, a resposta adequada àqueles que quando falam sobre matéria económica levantam interrogações descabidas, certamente com o propósito de semear a confusão no espírito dos que estão dispostos a avançar no sentido da recuperação do País.

A situação económica portuguesa não pode deixar de causar a todos nós, portugueses, governantes ou governados, empresários ou trabalhadores, profundas preocupações. Os sintomas de crise são suficientemente graves e generalizados para causarem legítimas preocupações, em Portugal como por todo o Mundo.

Tudo indica que a desaceleração do crescimento económico, o desemprego e os desequilíbrios externos com que muitos países se debatem, são problemas de resolução difícil e com os quais teremos de viver ainda algum tempo.

Em Portugal, esta crise conjuntural é agravada pela existência de bloqueamentos que limitam ainda a capacidade de acção eficaz do Governo e a possibilidade de resposta adequada das empresas.

É, no entanto, nos momentos de profunda dificuldade económica que mais urgente se torna atacar os problemas de fundo da economia portuguesa.

Resolução nas nossas mãos

Se a recuperação da conjuntura económica depende em grande parte de factores externos ao nosso país, a resolução dos nossos problemas de fundo está fundamentalmente nas nossas mãos. Cabe ao Governo conduzir a conjuntura económica de forma a minimizar as consequências da crise e a permitir o relançamento da economia logo que possível. Mas é também sua responsabilidade empenhar-se decididamente pela implementação do projecto de renovação de sociedade e das condições estruturais de funcionamento da economia. Neste campo, muito se tem feito, mas muito mais há a fazer.

A AD assumiu o poder com um projecto claro de libertação da sociedade civil. Este projecto concretiza-se, acima de tudo, pela eliminação do papel asfixiante do Estado. É seu elemento indispen-

sável, no campo económico, um esforço de desconcentração que permita que, para além do Estado, as empresas, os sindicatos, as cooperativas, as associações assumam a sua parcela de responsabilidade na gestão das grandes questões da economia e da sociedade portuguesa.

Não faz, certamente, parte da vocação do Estado uma posição preponderante na gestão do aparelho produtivo.

Estado é mau gestor

Em todo o mundo, o Estado se tem revelado um mau gestor. Em Portugal, a fraqueza, a paralisia e, ao mesmo tempo, o excesso da nossa administração tornam especialmente difícil esperar que o Estado se substitua com êxito ao sector privado, ou, em determinadas áreas de actividade, ao sector cooperativo, na condução das empresas e nas decisões relativas à afectação dos recursos económicos.

Nos casos em que, por motivos institucionais, políticos ou económicos, se torna inevitável que o Estado detenha posições de responsabilidade empresarial, é indispensável criar condições que levem a elevados níveis de eficiên-

(Continua na pág. 2)

Aprovadas leis do Tribunal Constitucional e da Defesa Nacional

Amplo consenso na A.R. garante a plena democratização do regime

A estabilidade política e institucional acaba de beneficiar de novo forte impulso com a aprovação, na generalidade, das propostas de lei respectivamente sobre a organização do Tribunal Constitucional e Defesa Nacional e Forças Armadas.

Autêntica segunda fase do processo iniciado pela revisão constitucional, os debates travados marcam o fim do período transitório da nossa recente história política. A democracia plena está, pois, iminente. E bem podem os democratas regozijar-se com a consagração da justiça cons-

titucional enquadrada num sistema de equilíbrio de poderes ou pela inserção das Forças Armadas, limpas agora do corporativismo que alguns lhes impuseram, no lugar justo que lhes cabe numa comunidade democrática.

As intervenções do Governo, através de Freitas do Amaral e Marcelo Rebelo de Sousa, foram bem unívocas quanto à abertura e espírito de Estado com que os governantes da AD encaram a resolução das questões essenciais à sociedade. Da maioria, a capacidade, lucidez e coesão foram o bastante para a

elevação dos debates. O consenso amplo foi possível. E, talvez por isso, mais evidente se tornou o isolamento das tradicionais minorias que teimam na duplicidade e no equívoco.

Dois diplomas basilares, fundamentais, duas peças-chave da construção do Estado passaram à fase já final do nosso processo legislativo. Foram iniciativas da AD — da pujança de uma coligação em marcha firme e serena para consecução do objectivo essencial que é a plena democratização do regime.

(Pág. 4)

Nascimento Rodrigues responde a Freitas do Amaral

PROLONGAMENTO DA AD É PROPOSTA PREMATURA

O vice-presidente do PSD Nascimento Rodrigues, considerou prematura qualquer decisão sobre a eventual continuação da Aliança Democrática para além de 1984, recusando assim a proposta de Freitas do Amaral, que admitiu, muito re-

centemente, deverem os três partidos continuar coligados por um número elevado de anos.

Nas suas declarações, prestadas a Antena 1 da RDP, o vice-presidente dos social-democratas disse que as coligações deverão ser vistas no

momento próprio, embora tenha feito votos para que a actual permaneça até 1984, dado que foi por esse prazo que ela recebeu o apoio do eleitorado para governar.

Relativamente à possibilidade de um acordo entre o PS e o PSD, disse que no presente seria “completamente errado fechar a porta a qualquer alternativa”, e acrescentou:

“Estamos abertos às soluções que no momento próprio nos pareçam como as melhores para os interesses do País e do Partido”.

Ainda sobre a matéria das coligações, Nascimento Rodrigues foi categórico ao declarar que os partidos deveriam concorrer separadamente às eleições em 1984, a fim de poderem avaliar a sua verdadeira força, embora dizendo logo na campanha eleitoral que tipo de acordos aceitam ou desejam fazer.

Nascimento Rodrigues negou que existisse centralismo no interior do PSD e defendeu a necessidade de uma maior articulação entre os vários níveis de decisão do seu partido.

Sobre a política económica do Governo, fez o seguinte comentário.

“O PSD apoia a política do Governo, na qual se inclui, naturalmente, a política económica do dr. João Salgueiro”.

Também o recente encontro entre o Presidente da República e

(Continua na pág. 3)

Novo troço de auto-estrada



O Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão, inaugurou no sábado o novo troço de auto-estrada entre Condeixa, Coimbra, Mealhada, que permitirá melhorar a fluidez do trânsito entre Lisboa e o Porto e retirar grande parte do caudal de tráfego que diariamente bloqueava o centro da cidade de Coimbra. Durante a visita, Pinto Balsemão teve oportunidade de dialogar com agricultores, deferindo a sua pretensão de uma ponte em Casais

C.P. Distrital de Leiria desmente o semanário “O Tempo”

(Pág. 14)



Crise: as respostas da Economia

Jaime Quesado (*)

Neste tempo de Crise Internacional e Nacional, as respostas que interessam estão na Economia. Portugal não consegue atingir os níveis de produtividade da União Europeia e isto é uma condição sine qua non para se atingir os grandes objectivos de prosperidade, solidariedade e qualidade de vida. Ao contrário do que muitos parecem indiciar, a Economia Portuguesa não está controlada e a sua debilidade estrutural continua a assentar em alguns pecados capitais conhecidos.

Impõe-se mais do que nunca corrigir o rumo e a posição dos protagonistas do processo de desenvolvimento do País, em ordem a obter um modelo mais assertivo e mais eficaz. As variáveis para esse processo são claras:

- aumentar as exportações no PIB, mas fazê-lo porque se trabalha para clientes mais exigentes. Abandonar a captação de clientes baseada nas vantagens de preço baixo e procurar os clientes mais sofisticados – pagam mais pelo valor acrescentado e ainda nos desafiam a modernizar e a aumentar os nossos padrões de exigência a vários níveis. Isto reforçará factores de competitividade baseados em recursos e capacidades únicos, flexíveis e valiosos, por oposição aos modelos mecânicos, lineares, baseados na minimização de custos;
- apostar na dinamização de indústrias de bens transaccionáveis de média e alta intensidade tecnológica, procurando envolvê-las com os grandes investimentos de IDE. Isto reforçará o capital empreendedor, normalmente em micro e médias empresas/projectos, e contribuirá para a fixação de conhecimento, ganhos económicos e aumentos nos centros de decisão Portugueses;
- apostar na educação superior e na formação. Mas isto não significa elevar o número de diplomados por si. Significa promover o grau de utilidade da educação/formação para as empresas. Actualmente assiste-se à emigração de talentos ou ao sub-emprego de licenciados, por falta desta relação entre centros de formação e empresas. A solução não é um “super-plano” que aponte as áreas prioritárias – isto é ineficaz. É antes introduzir concorrência e liberdade de opção entre as escolas, universidades e centros de formação, para além dos investimentos em estrutura e nas pessoas dessas instituições. Rapidamente os benefícios da internalização de mecanismos de mercado serão transpostos para outras áreas de welfare;
- o Sector Público consome, em despesa total, quase 50% do PIB Português. É preciso reflectir muito seriamente sobre tomar uma de duas opções: ou este número se reduz para níveis mais eficientes, em torno dos 40%, com a necessária revisão das funções do Estado; ou o Sector Público aprende a tornar-se mais produtivo e devolve à Sociedade, em serviços públicos e em bem-estar, tanto ou mais quanto lhe cobra em impostos.

São estas algumas das armas centrais para conseguirmos ganhar a batalha da Economia Portuguesa.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Novo ciclo

Luís Campos Ferreira (*)

O desfecho da incerteza das últimas semanas converteu-se numa certeza: o governo tem uma missão para levar até ao fim e tem condições para o fazer.

A remodelação concretizada ontem não tem qualquer dramatismo, nem pelos novos nomes, nem pela nova orgânica, nem pelo novo equilíbrio entre os partidos da coligação.

Se isto seria verdade num período considerado normal, é-o ainda mais nesta altura de excepção, em que fica provado todos os dias que ninguém tem fórmulas mágicas ou definitivas para resolver, de uma assentada, os problemas do País. Exige-se, isso sim, bom senso, coragem, visão e capacidade de diálogo, tudo isto em doses reforçadas.

A renovação do governo representa, por isso, um novo ciclo que o País, no seu todo, precisa de abraçar, agora mais focado no crescimento e na economia. Um ciclo diferente, sem dúvida, mas só possível porque houve um caminho feito até aqui, nomeadamente ao nível das reformas económicas, as mais importantes das últimas décadas. Álvaro Santos Pereira dá o lugar a outro, mas pode sair de cabeça levantada.

(*) Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas



“A ternura dos 40” ...

Luís Vasconcelos (*)

O secretário-geral do PS escusou-se (no dia 27, em Viana do Castelo) a comentar as declarações de Mário Soares sobre a forma como ele (Secretário-Geral) tinha anunciado a ruptura das negociações para a ‘salvação nacional’. Seguro, em entrevista ao jornal “i”, publicada do mesmo dia, era criticado pelo “Pai-Fundador do Partido Socialista” pela “brandura” do discurso em que anunciou a ruptura das negociações para um compromisso de ‘salvação nacional’.

Mário Soares, que em dezenas de artigos e entrevistas, vinha ameaçando Seguro com a desagregação e a saída de personalidades importantes do PS, caso o PS fosse parte das negociações, assumiu nesta entrevista, uma grande desilusão pela forma pouco agressiva (segundo ele, Soares) como José Seguro geriu a crise política e o abandono socialista da negociação para um acordo de ‘salvação nacional’, com o PSD e o CDS-PP, negociações às quais (também segundo ele, Soares) os Socialistas nunca deveriam sequer, ser comparecido.

A imprensa procurou reacções do Secretário-Geral socialista a esta entrevista, realçando apenas a “imensa ternura” que tem pelo fundador do partido. A agência ‘Lusa’ reporta que Seguro apenas disse – e repetiu – “Tenho uma imensa ternura e um imenso carinho pelo doutor Mário Soares. Não farei nenhum comentário”, disse António José Seguro.

Que esta declaração seja registada. “Ternura” e “Carinho” são sentimentos que fazem a sua aparição inesperada na política, mas só ficam bem a Seguro. São sentimentos que que a imensa maioria de todos nós temos pelos nossos avós ou bisavós, quando nos lembramos do que eles foram... e do que eles são agora!

“Imensa ternura” e “imenso carinho”... Será, em Seguro, a súbita, inesperada – mas bem-vinda – chegada da “ternura dos 40”?

(*) Jornalista

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Abrantes, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 03 de Agosto de 2013 (sábado), pelas 21h00, na sede sita na Rua de São Pedro, nº 22 – 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais e aprovar o programa eleitoral, sob proposta da Comissão Política, artº 53, alínea f) do nº 2 dos Estatutos do PSD

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Castelo de Paiva, para reunir no próximo dia 01 de Agosto de 2013 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Praça da Independência - Sobrado, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Parecer sobre as listas autárquicas
2 - Análise da situação política

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 31 de Julho de 2013 (quarta-feira), pelas 20h30, na sede sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 – Análise da situação político-partidária
2 – Eleições autárquicas/candidaturas

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Esposende para reunir no próximo dia 02 de Agosto de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Dr. Fonseca Lima, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do concelho de Esposende nas eleições de 29 de Setembro.



CONDEIXA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Condeixa-a-Nova, para reunir no dia 7 de Setembro de 2013, pelas 18h, na sede de campanha do PSD em Condeixa, na Praça da República (antigo estúdio Delfim Ferreira), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Condeixa-a-Nova.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá das 18h às 20h.

NÚCLEO DE FORJÃES - ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Concelhios, convoca-se o Plenário da JSD Núcleo de Forjães – Esposende, para reunir no próximo dia 7 de Setembro de 2013, pelas 21h, na Rua da Santa, freguesia de Forjães, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Eleição da Comissão Política da JSD Núcleo de Forjães – Esposende;

2- Eleição da Mesa do Plenário da JSD Núcleo de Forjães – Esposende;

Notas:

1- As Listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2- As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3- Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 Membros do Órgão competente para a eleição;

4- Deverão ter número Impar de Membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de Assembleia em conformidade com os estatutos nacionais;

5- Candidatos suplentes, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6- Nenhum candidato pode ser proponente da sua

própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7- As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao presidente da mesa do Plenário da JSD de Esposende ou a quem o possa substituir ao abrigo dos Estatutos Nacionais, na Sede do PSD Esposende;

8- As urnas estarão abertas das 21h às 23h.

MOGADOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/Mogadouro, a reunir no próximo dia 31 de Agosto de 2013, pelas 17:00H, na Sede do PSD de Mogadouro, com a seguinte ordem de trabalhos;

1-Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, até às 24:00H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 17:00H e as 19:00H.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Soure, para reunir no dia 14 de Setembro de 2013, pelas 17h, na sede do PSD de Soure, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Soure.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá das 17h às 19h.

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Sertã, para reunir no dia 7 de Setembro de 2013, pelas 18 horas, na Sede do PSD da Sertã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Sertã.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá das 18h00m às 20 horas.

Como é habitual, o “Povo Livre” suspende a sua publicação durante o mês de Agosto. Regressamos no dia 4 de Setembro. Boas férias!